

Geografia e diversidade cultural. Territorialização de um grupo cigano em Goiás, Brasil

Geografía y diversidad cultural. Territorialización de un grupo gitano en Goiás, Brasil

Geography and cultural diversity. Territorialization of a gypsy group in Goiás, Brazil

Ademir Divino Vaz*

Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Resumo

As explicações da geografia humanista e cultural permitiram abordar os processos de construção de identidade e sua relação com os processos de territorialização. No entanto, há poucos trabalhos sobre processos de exclusão cultural, especificamente, do povo cigano. O objetivo deste artigo é destacar a pertinência da geografia no estudo da diversidade cultural, mediante a apresentação do processo de territorialização de um grupo da população “romaní” (ou povo cigano) em Ipameri, cidade localizada no sudeste do estado de Goiás, Brasil. A metodologia usada parte da geografia cultural, na qual o trabalho de campo, a história oral e as entrevistas permitem entender a perspectiva territorial dos “romaní”, unida às percepções e representações cartográficas. Este texto pretende identificar a existência de territórios que foram excluídos — como é o caso dos “romanis” — e compreender os processos de construção territorial e de identidade cultural.

Palavras chave: geografia cultural, diversidade cultural, identidade cultural, territorialização, cigano, identidade.

Resumen

Los replanteamientos de la geografía humanista y cultural han permitido abordar los procesos de construcción de identidad y su relación con los procesos de territorialización. Sin embargo, hay pocos trabajos sobre procesos de exclusión cultural, específicamente, del pueblo gitano. El objetivo de este artículo es destacar la pertinencia de la geografía en el estudio de la diversidad cultural, mediante la presentación del proceso de territorialización de un grupo de la población romaní (o pueblo gitano) en Ipameri, ciudad ubicada al sureste del estado de Goiás, Brasil. La metodología usada parte de la geografía cultural, en la cual el trabajo de campo, la historia oral y las entrevistas permiten entender la perspectiva territorial de los romaní, unida a las percepciones y representaciones cartográficas. Este texto pretende identificar la existencia de territorios que han sido excluidos —como es el caso de los romanis— y comprender los procesos de construcción territorial y de identidad cultural.

Palabras clave: geografía cultural, diversidad cultural, identidad cultural, territorialización, gitano, identidad.

Abstract

The redefinitions of humanist and cultural geography have allowed a greater approach to identity construction and its relation with territorialization processes. However, there are few works regarding processes of cultural exclusion, specifically referring to the gypsy people. This paper’s main purpose is to emphasize the pertinence of geography in the study of cultural diversity, by presenting the territorialization process of the romaní people (or gypsy people) in Ipameri, a city located in southwestern Goiás, state of Brazil. The methodology used arises from cultural geography, in which fieldwork, oral history and interviews allow a better understanding of the territorial perspective of the romaní, bound to cartographic perceptions and representations. This text intends to identify the existence of territories that have been excluded —as in the case of the romaní— and to understand the process of territorial construction and cultural identity.

Keywords: cultural geography, cultural diversity, cultural identity, territorialization, gypsy, identity.

RECIBIDO: 3 DE AGOSTO DEL 2009. ACEPTADO: 9 DE NOVIEMBRE DEL 2009.

Artículo de investigación sobre la territorialización de una comunidad gitana en Goiás, Brasil.

* Dirección postal: Avenida Dom Vital nº 33, Bairro Dom Vital - Ipameri, Goiás, Brasil - CEP: 75780-000.
Correo Electrónico: ademirdvaz@yahoo.com.br

Introdução

As primeiras considerações revelam que o estudo em questão perfila-se junto aos trabalhos da Geografia humanista cultural. Além de apresentar um breve debate teórico da pesquisa, enfoca os procedimentos metodológicos de um trabalho de mestrado realizado pelo autor no Curso de Geografia do IESA - Instituto de Estudos Sócio Ambientais da Universidade Federal de Goiás - Brasil. A preocupação em apresentar os objetivos específicos da pesquisa, também está presente nestas primeiras considerações.

Após as considerações iniciais, apresenta-se a territorialização de um Grupo Cigano na cidade de Ipameri, Goiás, Brasil.

O ponto de partida: o embasamento teórico e os procedimentos metodológicos da pesquisa

Desde os anos setenta do século passado, vem configurando-se no quadro da produção geográfica um horizonte denominado humanista cultural. Essa corrente tem destacado-se a partir da ação e do interesse de geógrafos que vêm refletindo sobre as várias dimensões da ciência geográfica.

Um novo olhar vem sendo lançado sobre as questões que referem-se aos processos sócio-culturais como a construção de referências de identidade, o peso das vivências culturais e os diferentes modos de ser e agir que os diversos grupos sociais constroem no interior de seus grupos étnicos.

Assim, a representação espacial significa para a geografia humanista cultural, segundo Gomes (1996), mais do que uma indicação da localização dos fenômenos. Através dela é possível resgatar a inteligibilidade que os fatos espaciais adquirem quando são interpretados a partir de seus contextos próprios. Para este autor, quando os grupos humanos se organizam espacialmente, nem sempre têm consciência explícita de todos os processos de significação que são atribuídos e vividos cotidianamente no espaço. Por isso, cabe ao geógrafo, interpretar todo o jogo complexo de analogias, de valores, de representações e de identidades que figuram neste espaço.

Admite-se que essa corrente epistemológica visa a analisar de que modo os fatores culturais e de percepção interferem nas ações de organização e elaboração

do espaço geográfico. Assim, esse espaço resulta não apenas das transformações econômicas, mas também das condições psicológicas e físicas dos indivíduos e das sociedades, sobretudo da experiência de vida de cada pessoa e as heranças culturais coletivas.

A construção do conteúdo humanista cultural fez à Geografia buscar aporte teórico-metodológico em outras ciências, como na filosofia, na antropologia, na sociologia e outras, para melhor compreensão do espaço geográfico. As concepções metodológicas adotadas fundamentaram-se, principalmente, em pressupostos filosóficos da fenomenologia. Esses pressupostos, segundo Buttmer (1982), propõem para o estudo da geografia, a análise dos espaços humanizados, enquanto regiões culturais, domínios étnicos, territoriais, etc; espaços diferenciados segundo as disposições subjetivas dos homens-habitantes. Para a autora, os pressupostos apelaram por descrições mais concretas tanto do espaço e do tempo quanto as suas significações no dia-a-dia da vida humana.

Sobre a fenomenologia, entende-se a mesma como uma alternativa de reflexão em relação a construção do conhecimento. Nesta abordagem, o espaço geográfico é tratado como o espaço social e dos horizontes sociais da experiência humana, os quais se manifestam nos processos de interação social e organização desse espaço.

Aliada a esse horizonte humanista, a geografia cultural fortalece-se e dedica-se a rediscutir os conceitos da geografia e sua presença na evolução do pensamento dessa ciência desde os meados do século XIX. Claval (1999), em sua obra *La Géographie Culturelle*, destaca que o termo “geografia cultural” foi introduzido pela primeira vez na Alemanha por Friedrich Ratzel na década de 1880. Ratzel dedicou-se ao estudo dos fundamentos culturais da diferenciação regional da Terra reconhecendo nos povos a mobilidade como um atributo de sua essência. As contribuições para a geografia cultural na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX, mesmo sendo abordagens parciais, foram importantes e fazem parte da evolução de um pensamento cultural na geografia.

Através dos seus conceitos-chave, a geografia passa a valorizar a cultura segundo sua dimensão simbólica. As experiências vividas, o conhecimento adquirido, as assimilações coletivas dão significado à sociedade e evocam a geografia cultural. A geografia vai desenvolvendo-se enquanto ciência social e aperfeiçoando seus conceitos e temas, numa postura em que o homem deve

responder não apenas às excitações que emanam da natureza, mas, sobretudo, ao papel cultural do homem como o agente essencial na transformação do espaço.

A geografia ao tratar das coisas do mundo e da vida, trata dos espaços construídos pelos homens, que em sua trajetória marcaram os lugares com os resultados da luta pela sobrevivência. Assim, é tarefa da geografia a análise da cultura através de um olhar espacial sobre a realidade.

Assim sendo, a geografia assume compromissos maiores com a sociedade e cabe ao geógrafo, dentro de seus padrões sociais e morais, procurar empregar o seu saber primordialmente na procura de soluções dos problemas dessa sociedade. Se a geografia tem compromissos com a sociedade, ela deve ser uma ciência libertadora para todos os povos, deve ser um conhecimento vivo que conduz à descoberta do universo, da vida e do homem.

Portanto, a geografia deve reconhecer as contradições e os conflitos econômicos, sociais e culturais. Só assim, a geografia se tornaria uma ciência do presente, inspirada na realidade contemporânea, entendendo o mundo atual e a apropriação dos lugares realizada pelo homem. Desta forma, parcelas da sociedade, que são discriminadas, poderiam ter a geografia como aliada e ela seria uma ciência, também dos excluídos. Por isso, acredita-se que a geografia deve ser uma ciência comprometida com todo o povo, sem segregação étnica e deve preocupar-se em fazer uma análise mais humana dos homens, procurando entender seus sentimentos, seus hábitos e seus valores.

Os povos ciganos que fazem parte da massa de despossuídos e excluídos são segregados há vários séculos pelo mundo. É justamente sobre um grupo cigano na cidade de Ipameri, Sudeste de Goiás, Brasil, que desenvolveu-se o trabalho em questão.

Para a execução da pesquisa foram realizadas várias visitas ao local de estudo, para estreitar os vínculos entre a fundamentação teórica do projeto e o conhecimento empírico dos ciganos.

O método de pesquisa proposto pela corrente teórico-metodológica da geografia cultural respaldou-se em autores como Haesbaert (1995, 1999), Souza (1995), Claval (1999), Ratzel (1982) e outros, os quais trabalharam as relações entre grupos sociais e o território, segundo a perspectiva cultural.

O trabalho de gabinete constituiu-se em atividades relacionadas ao levantamento de informações em fontes secundárias e leituras de bibliografias clássicas referentes à corrente teórico-metodológica escolhida.

Também foi indispensável o uso daquelas referentes à temática da pesquisa sobre os ciganos. Documentos da Prefeitura Municipal de Ipameri e do Cartório do 2º Ofício de Notas de Ipameri também contribuíram na construção do conhecimento. Nessa etapa, a revisão bibliográfica permitiu a compreensão de elementos explicativos da territorialização dos ciganos em Ipameri. Simultaneamente contribuiu para elaboração dos roteiros de entrevistas e questionários a serem aplicados na pesquisa de campo.

No território Cigano, visitas e entrevistas foram realizadas com as quinze famílias ali residentes. O roteiro de entrevista foi respondido oralmente por um representante de cada moradia. Nele, buscaram-se informações referentes à identificação do cigano e de sua família, à faixa etária, ao grau de escolaridade, ao tipo de moradia, à origem e raízes culturais, às atividades econômicas, ao relacionamento com os demais ciganos do território e com os demais moradores da cidade, à gestão e às perspectivas com o território.

A história oral permitiu uma interpretação da realidade através das conversas com os ciganos sobre a experiência e a memória individual, e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada cigano. Ela foi um importante recurso metodológico na compreensão do território cigano em Ipameri. Permitiu perceber os valores culturais dos ciganos, adquiridos ao longo da vida, forneceu um perfil sobre a realidade e o cotidiano dos mesmos e de suas relações entre si e com os demais moradores na cidade.

A representação cartográfica constituiu-se num recurso metodológico utilizado na compreensão do objeto de estudo. Para localizar e contextualizar o município de Ipameri e o território cigano na cidade foi relevante apresentar bases cartográficas da região sudeste de Goiás e da área urbana da cidade de Ipameri. A utilização do croqui do território foi necessária para visualizar a área de estudo e a organização interna do território. O diagrama de parentesco foi importante para apresentar o grau de relacionamento familiar entre os ciganos. Durante as visitas ao território cigano procurou-se também documentar com fotografias as questões pertinentes ao trabalho. Dessa forma, com o levantamento das informações relevantes, a discussão do referencial teórico e a confecção das representações cartográficas, buscou-se responder aos objetivos propostos no projeto de pesquisa da dissertação.

Não preocupou-se só com a descrição simples da forma do território, mas também com os significados

e as práticas sociais que têm ali. Tampouco interessou sua geometria e sim as relações sociais, conflitos, usos e contextos sob os quais esta forma de território existe e resiste em tempos diversos.

Diante dos autores citados e outros que serão apresentados no decorrer do artigo, compreende-se que o espaço ocupado pelos ciganos em Ipameri, reflete todo um “rearranjo” espacial e a formação de uma territorialidade que apresenta uma referência que é a consolidação do espaço vivido, construído a partir da percepção do grupo cigano. Assim, esse espaço será entendido e apresentado enquanto território, revelador das práticas sociais.

O texto em questão procura responder alguns objetivos específicos da pesquisa: identificar a existência de um território cigano em Ipameri; compreender a identidade territorial da comunidade cigana; caracterizar as identidades culturais no território e suas influências no cotidiano da comunidade, apresentando a organização espacial interna do território.

A territorialização dos ciganos em Ipameri

O território cigano em estudo encontra-se localizado na zona urbana do município de Ipameri, região sudeste do Estado de Goiás. Instalado nessa cidade, o território cigano é formado por uma comunidade do grupo Kalon, que há décadas transitou por Ipameri. A área atualmente ocupada foi doada aos ciganos no final da década de 1990.

Segundo informações da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás - SEPLAN e da Superintendência de Pesquisa e Informações do Estado de Goiás - SEPIN (2009) o município de Ipameri possui uma população aproximada de 26.000 habitantes. A proximidade de importantes centros consumidores, especificamente o Triângulo Mineiro, a Região Metropolitana de Goiânia - capital do Estado de Goiás - e Entorno do Distrito Federal, reduz os custos de escoamento da produção e incrementa as oportunidades de negócios. Atualmente, destaca-se em Ipameri o setor do agronegócio e o município é considerado o novo pólo algodoeiro de Goiás. Em 1998, a área plantada de algodão era de 920 hectares, sendo que em 2002 chegou a 1.700 hectares, em 2003 alcançou 4.024 hectares, e a previsão é que ultrapasse 14.000 hectares.

No início do século XX, com o desenvolvimento da industrialização, o papel da ferrovia ampliaria-se, pas-

sando também a orientar-se no sentido dos centros consumidores e de fornecedores de matéria-prima e de excedentes alimentícios. As ferrovias imprimiam mudanças na organização espacial. Atingindo as cidades, essas sofreram transformações imediatas em sua urbanização. Esse processo se intensificou, à medida que as ferrovias estenderam-se para o interior do país, conjugadas às frentes pioneiras, inserindo novas áreas na economia de mercado e trazendo o povoamento para várias regiões. Nesse aspecto, a Estrada de Ferro Goiás foi exemplar, sobre a qual Ferreira assim se expressou:

Com uma história regional marcada pelo isolamento, devido à falta de transportes e de comunicação, essa Estrada foi um dos agentes modernizadores e integradores da economia do Estado à divisão regional do trabalho, nos interesses da expansão capitalista. Paralelamente, outros aspectos da vida social, política e cultural de Goiás passaram também a se transformar. (Ferreira 1999,35)

Segundo Ferreira (1999), apesar de todos os percalços ocorridos no período entre 1915 e 1940 a Estrada de Ferro Goiás manteve uma certa regularidade nos serviços de transportes. Nesse período o autor ressalta o saldo positivo da Estrada também em seus resultados organizadores na região sudeste de Goiás e os movimentos migratórios para a região.

Provavelmente, o desenvolvimento econômico gerado pela Estrada de Ferro Goiás, em Ipameri, teve importante papel no processo de mobilidade dos ciganos para essa cidade. Sr. José Soares da Costa, líder da comunidade cigana, nascido em 1940, na cidade de Viãópolis (cidade localizada a 130 km de distância de Ipameri) e sua esposa, Dona Tereza, também nascida no mesmo ano e cidade, lembram-se de transitarem com seus pais em tropas de cavalos, e posteriormente em carroças, pelos municípios cortados pela Estrada de Ferro Goiás e de permanecerem por um tempo maior no município de Ipameri. Segundo Dona Tereza, seus filhos nasceram nesse período de deslocamentos, nas cidades de Ipameri e Pires do Rio (cidade localizada a 60 km de distância de Ipameri). De acordo com o censo realizado na comunidade cigana, os filhos do Sr. José e de Dona Tereza (Zélia, Jesus, Célio, Paulo, Ionice) nasceram nas décadas de 1960 e 1970.

Os últimos anos da primeira metade do século XX e as décadas seguintes estão representadas subjetivamente no arranjo territorial da comunidade cigana de Ipameri, ou seja, são momentos que fazem-se presen-

tes na vida dos ciganos adultos e são expostos oralmente como pode-se comprovar nos depoimentos a seguir:

Antes de parar em Ipameri, nós passamos por aqui [...]. Nós somo daqui. Eu sou daqui, de Vianópolis. Era acostumado pousar aqui, muitos anos, uns 40 anos já. Uns 40 anos nós acampava aqui. A gente saía de tropas, de cargueiro, andava pelas estradas, pelas roças, quase não tinha asfalto. No início não tinha carroça e não tinha perigo, não tinha assaltante. (José, 62 anos - 08/01/2003)

A forma cigana de apropriação do espaço segundo Teixeira (1998) é direcionada por uma racionalidade comunitária e pelo nomadismo, onde as relações de parentesco e as atividades econômicas são seus próprios limites. Para ele o nomadismo não interferia na formação do território, pois o nomadismo propiciava que as fronteiras dos territórios ciganos fossem “portáteis”. Ainda que houvesse muitos acampamentos em terrenos de outros proprietários, o fato de não ter a posse não interferia no sentido simbólico dos mesmos. As barracas e a solidariedade entre as famílias eram os elementos que tornavam “portáteis” os territórios, sinalizando que um determinado espaço era cigano.

A família do Sr. José e de Dona Tereza transitou por cidades da região através de caravanas que iam pelos campos, numa vida de aventura, dependendo da boa vontade de vários fazendeiros para armarem seus acampamentos. Nem todos os proprietários davam-lhes guarida e proteção. Quando sua estadia era na cidade, os homens e algumas mulheres circulavam pela mesma para fazerem, de acordo com o feitio de sua gente, barganhas, principalmente de mulas e cavalos.

Estas viagens duravam semanas e até meses, o que custava um enorme empenho físico e econômico. A maior parte dos deslocamentos envolvia pequenas distâncias. Dona Tereza, a mais idosa da comunidade, relembra que raramente o grupo percorria longas distâncias como de um estado a outro.

Os ciganos começaram a “legitimar” sua territorialização em Ipameri no final da década de 1980 quando os membros da família do Sr. José e Dona Tereza resolveram ocupar uma área dentro do perímetro urbano de Ipameri, próxima à Escola Estadual Monsenhor Domingos Pinto de Figueiredo - Polivalente no bairro Monte Castelo. Os ciganos não conseguem lembrar-se do ano exato, porém recordam-se do Prefeito municipal da época, Senhor Valfredo Perfeito, daí porque situar-se esta ocupação em fins dos anos 1980.

Ficamos lá embaixo perto do Colégio Polivalente. Lá foi o primeiro lugar [refere-se a lugar “fixo”]. Ficamos lá muito tempo, que ano é aquele Tereza? [Tereza não se lembra]. Nós ficamos lá 8 anos. De lá viemos para ali, ao lado, um terreno livre e depois pra cá. Lembra da primeira vez que o Valfredo foi prefeito? Pois é, desde daquela vez, a gente morava lá embaixo. (Sr. José, 62 anos - 12/10/2002)

O líder atual da comunidade, Sr. José, sua esposa Dona Tereza, e o ipamerino José Evangelista Troncha foram os precursores no processo de territorialização da família em Ipameri. Os mais jovens disseram que acompanharam o Sr. José e a Dona Tereza e destacaram como dificuldade o meio de transporte para realizarem suas mudanças, e como vantagem por ficarem em Ipameri, a conquista da área. Já os precursores afirmam que o contato com Ipameri há vários anos, as amizades que possuem na cidade e as ajudas que sempre receberam dos moradores foram os motivos para ficarem em Ipameri.

Onde nós parou mesmo foi aqui (refere-se a Ipameri). Aqui a gente tinha e tem mais amizade, o povo daqui é bão, é mais conhecido (Sr. José, 62 anos - 15/03/2002).

Dona Aparecida, irmã de Dona Tereza, reforça as amizades que possuem na cidade como um dos fatores de sua permanência em Ipameri.

A nossa família tudo é nascida e criada aqui e em Pires do Rio. Eu gosto daqui. Aqui é um lugar bão e sossegado, um pessoal bão, nós tudo tem amizade já com o pessoal da cidade. Todo mundo é conhecido. Minha vontade é não sair daqui. (Aparecida, 57 anos - 23/01/2003)

O bom relacionamento entre ciganos e não-ciganos em Ipameri é destacado como causa da territorialização deles na cidade, de acordo com o doador da atual área.

O contato com vários moradores de Ipameri é um fator da permanência deles [...]. O povo da cidade é bom pra eles. Eles compram até fiado em algumas farmácias e mercados. O relacionamento entre ciganos e não-ciganos em Ipameri é muito bom. (José Evangelista Troncha, morador de Ipameri - 30/01/2003)

Durante a permanência na área localizada no bairro Monte Castelo, os ciganos moraram em barracas em um local muito pequeno e com vários vizinhos, entre eles um colégio que funcionava na época nos turnos matu-

tino e vespertino. O lote pertencia à Prefeitura Municipal e não tinha nenhuma infraestrutura. Nas barracas os ciganos não tinham banheiros, usavam-se privadas precárias sem quaisquer cuidados com a saúde. A falta de higiene acabou gerando várias denúncias por parte dos vizinhos e, principalmente, dos professores da Escola Monsenhor Domingos Pinto de Figueiredo.

Neste período, os ciganos começaram a manter contatos com alguns políticos da cidade, principalmente com o então vereador José Evangelista Troncha, que já os conhecia desde a década de 1960. Através desse contato, os ciganos fizeram vários pedidos ao vereador e aos prefeitos da época para conseguirem uma área para eles. Em 1998 o pedido quase foi concretizado, quando o prefeito Valfredo Perfeito em seu segundo mandato, por intermédio do vereador, doou uma área aos ciganos próxima ao atual território do agrupamento. O sonho de ter um local próprio durou poucos dias, já que o promotor público da cidade de Ipameri daquela época, que tinha alguns lotes vizinhos à área doada, entrou com uma ação contra a Prefeitura e exigiu que o vereador e o prefeito retirassem os ciganos em 72 horas. Sem lugar para levá-los, o senhor vereador comprou um terreno próximo ao local do despejo e levou-os para a nova área, como relata o referido José Evangelista Troncha:

Naquela época eles foram maltratados demais em Ipameri. O promotor público ameaçando. Nós tivemos que fazer a mudança deles de noite, eu peguei meus tratores e carreguei a mudança. Não tinha lugar para levá-los, eu fiquei com o coração doendo naquele dia, eu ia levá-los para minha chácara. Aí apareceu o Iron e disse: eu tenho um terreno aqui próximo, muito bom. Ele me vendeu por R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Eu comprei de imediato. Eu paguei quatro prestações de R\$ 1.000,00 (um mil reais) e fiz a doação para eles. (31/01/2003)

Assim, a construção do território cigano em Ipameri, deu continuidade em 1999, quando eles obtiveram a doação da área pelo Sr. José Evangelista Troncha.

Relacionado com a formação do território está a territorialidade da comunidade cigana em Ipameri. A formação de um território, para Andrade (1994), dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento de territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas. Para ele, a expressão territorialidade pode ser encarada tanto como o que se encontra no território e está sujeita à gestão do mes-

mo, como, ao mesmo tempo, ao processo subjetivo da conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar o território.

Também, para Cara (1994), o território é uma objetivação multidimensional da apropriação social do espaço. A territorialidade é a qualidade subjetiva do grupo social ou do indivíduo que lhe permite, com base em imagens, representações e projetos, tomar consciência de seu espaço de vida.

Portanto, acredita-se que o espaço ocupado pelos ciganos, reflete todo um “rearranjo” espacial e a formação de uma territorialidade que apresenta uma referência básica que é a consolidação do espaço vivido, construído a partir da percepção do grupo cigano.

O território cigano em Ipameri está situado na periferia da área urbana no setor Tolentino 2, ocupando parte da rua José Ribeiro Marques e rua SR-8, é uma área de 1.738 m² dividida em 14 lotes e mais um lote de 240 m². Nas proximidades há residências e vários lotes sem construções. A área é denominada, pelos moradores de Ipameri, como saída para Goiânia (capital do Estado de Goiás - localizada a 200 km de distância de Ipameri), devido a sua localização próxima à GO-330.

A área doada não foi suficiente para atender a todos os ciganos. Vários deles ficaram sem lotes e armaram suas barracas próximas à área conquistada. Em 2001, permaneciam alguns ciganos, parentes do Sr. José Soares da Costa, acampados próximos a área ocupada, chegando a ter mais de 100 ciganos na localidade. Naquele ano cresceu a luta para construir as suas casas de tijolos e deixarem suas barracas. A luta maior era para essas construções, para as quais buscavam a ajuda de políticos e de moradores de Ipameri. No final de 2001, alguns ciganos que ainda não tinham conseguido lotes em Ipameri, foram para a cidade de Caldas Novas, a 60 km de Ipameri, devido à doação de uma área pela prefeitura daquela cidade. O território cigano em Ipameri passou a ser composto de 44 membros, formando 15 famílias. No ano de 2002 ocorreu na comunidade um nascimento, uma morte e um casamento de uma cigana com um não-cigano; totalizando assim 45 membros, sendo 23 do sexo masculino e 22 do sexo feminino.

A partir de 2002, com as entrevistas, conversas informais, observações das relações sociais e depois de estabelecida uma relação de confiança com esse grupo cigano é que ficaram explícitos os elementos constituintes do território cigano em Ipameri, que serão nosso foco de interesse nas discussões a seguir.

Para compreender esses elementos opta-se, primeiramente, por apresentar a organização do território, destacando-se sua estrutura populacional, suas atividades econômicas, as relações de parentesco e suas festas, enfim. A seguir, apresentam-se alguns elementos que contribuem com a consolidação da identidade cigana no lugar.

A identidade territorial do Grupo Cigano em Ipameri, Goiás, Brasil

Para compreender a identidade territorial apresenta-se, inicialmente, a organização interna do território. Para tanto, tecem-se considerações sobre as moradias, a composição etária e as atividades econômicas dos ciganos. Discutem-se também as relações sociais estabelecidas entre eles, bem como suas representações simbólicas. Os elementos que serão apresentados contribuem com a dinâmica do território e com a consolidação da identidade cigana no lugar, assim o território será entendido enquanto produto e produtor de identidade.

A identidade desse território é o foco de interesse a seguir, que tem como referência teórica Almeida (2002), Claval (1999), Haesbaert (1995, 1999) e Hall (1997). A identidade dos ciganos é entendida como o acúmulo de experiência de vida, da incorporação de valores e das representações elaboradas após a ampliação dos seus conhecimentos. A seguir algumas características da organização interna do território.

A Organização espacial interna do Território Cigano em Ipameri

Através de informações coletadas na Prefeitura Municipal de Ipameri, a área ocupada pelos ciganos é urbana e está situada no setor 004, Quadra 053 no setor Tolentino 2, medindo 37,6 metros de frente e fundos por 46,2 metros nas faces laterais, objeto da inscrição municipal n.º 14.00053.00695-1, CCI n.º 3.780 em 19/03/1999. Esta área foi doada aos ciganos no início do ano de 1999, e está dividida em 14 lotes, sendo 7 de frente para Rua José Ribeiro Marques e 7 de frente para a Rua SR-8. Dos 1.738m², 161m² compõem-se de área edificada, são 5 casas construídas. No restante da área encontram-se 9 barracas e 4 alicerces para futuras construções (dados coletados em jan/2003). Além dessa área, o território cigano em Ipameri é composto por um lote de 10 metros de frente e fundos por 24 metros nas faces laterais, o qual foi comprado pelo cigano Joaquim, em 1999, e está agrupado à área doada, com uma casa construída,

totalizando-se assim seis casas existentes no território. Os critérios utilizados para a divisão e ocupação da área foram determinados pelo número de famílias constituídas em 1999. As duplas ocupações existentes em três lotes ocorrem devido a filhos que casaram-se após a divisão. Já dois lotes sem construção pertencem a filhos, que no momento da divisão moravam separados dos pais e atualmente moram com os mesmos.

A área é servida de rede de energia, iluminação pública e rede d'água. Observa-se a inexistência de pavimentação, meio-fio, galerias pluviais, rede telefônica, rede de esgotos, varrição de ruas e de calçadas construídas.

O espaço que cada família tem como "seu" território varia entre 96 m² e 240 m², onde é erguida sua moradia, lavadas as roupas e os utensílios domésticos, depositados pequenos objetos e ainda utilizado para cuidarem dos cavalos. Esse espaço apresenta-se como uma dada magnitude, que contém dentro de si práticas cotidianas, com uma organização apropriada ao grupo para atender a sua funcionalidade sócio-cultural e econômica.

O cavalo sempre esteve presente na vida dos ciganos de Ipameri, e o comércio do animal é a principal atividade econômica da comunidade. A carroça puxada pelo cavalo é o meio de transporte utilizado pelos ciganos. Assim, dentre os espaços presentes no território, um deles é exclusivo do cavalo. Cada família deixa uma área reservada para a alimentação e cuidados com os animais durante o dia, haja vista que à noite, os cavalos são "soltos" em um lote de propriedade particular, próximo ao território.

A organização das barracas e casas segue um mesmo princípio, baseado na hierarquia das famílias que tem como base o grau de poder de cada cigano perante o grupo, sua idade cronológica e o grau de intimidade entre as famílias, além das necessidades individuais e familiares.

Os mais velhos, Sr. José (atual líder) e sua esposa, moram no considerado "primeiro lote", com uma área um pouco maior que os outros lotes, com a maior área edificada (69 m²) e com a construção de um dos dois únicos banheiros construídos no local. São eles que normalmente fazem o contato entre todos os ciganos. No caso dos não-ciganos, são os que primeiro recebem os visitantes informando aos demais, quem são e o que querem os estranhos que chegam ao território.

É importante frisar que o líder, também denominado "chefe", tem também como função mediar situações de conflito entre os membros do território. O líder Sr. José Soares tem habilidade para falar e talento diplo-

mático para estabelecer alianças. Quase o tempo todo ele está preocupado em ser o porta-voz do desejo da comunidade como um todo, o que pode ser observado em seu depoimento.

[...] os que estão nas barracas a situação tá difícil, ontem eu fui lá no Prefeito, eu pedi ele, e ele me deu um rolo de plástico. O Prefeito, eu sou de dentro da cozinha dele. Eu vou chegado e entramo. Eu falei pra ele do plástico, ele perguntou um rolo dá, eu falei dá. Ele falou, eu levo amanhã. Ele mesmo troxe aqui na minha porta. (08/03/2003)

O líder tem prestígio e é ouvido geralmente com mais consideração do que os demais, tanto com os ciganos quanto com a maioria dos não-ciganos que mantêm contatos. Porém, a organização cigana, em cada lote do Território, não é um quadro estático, imposto, comum a todos. Nos limites da sua área, as famílias expressam seus modos de vida, suas representações e particularidades. As casas, barracas e condições financeiras, demonstram a necessidade, o tempo e a identidade de cada família, por isso será apresentada a organização interna das moradias ciganas.

A organização interna das moradias

As barracas e casas foram construídas de forma linear, respeitando os limites dos lotes, os quais, em sua maior parte, não possuem cercas. As construções em forma linear possibilitaram uma maior privacidade aos ciganos, que evitam inclusive colocar suas barracas uma em frente à outra, o que ocorre com apenas duas barracas, pelas limitações da área.

As seis casas existentes no território foram construídas através dos Programas de Moradias dos Governos Estaduais e Municipais e com ajudas de moradores da cidade. As áreas edificadas variam de 20 m² a 69 m². Cinco delas foram edificadas pelo Programa Morada Nova, uma parceria entre o Estado e o Município, nos anos de 2000 e 2001.

Os ciganos tiveram acesso ao Programa através de pedidos e contatos feitos a vários políticos da cidade. A primeira casa construída foi a residência de José e Tereza, no início de 2000, por intermédio do doador da área, José Evangelista Troncha, junto à Prefeitura Municipal de Ipameri, como afirma dona Tereza.

Eu mudei pra essa casa, dia de Santos Reis [06 de janeiro] vai fazer três anos. Ante em morei nessa casinha véia ao lado. Morei 7 meses. Ai dipois que o Juca construiu a minha casa e eu saí dali e vim pra cá. Essa casa ganhemo prontinha, desse jeito. (Tereza, 62 anos - 20/11/2002)

As casas têm em média quatro cômodos, sendo uma sala, uma cozinha, um quarto e uma área de serviços. Elas estão todas com acabamento incompleto, faltando principalmente revestimento interno e externo. O piso é de cimento, a estrutura de alvenaria e a cobertura da maioria é de material cerâmico.

A maioria das barracas possui apenas um cômodo que pode ser dividido por alguns móveis. Mas, o interior das barracas segue uma organização simples e eficiente para o cotidiano dos ciganos. A parte mais interna serve como dormitório; quando a família tem crianças, o espaço é dividido: os adultos ocupam camas próximas à lona, e as crianças dormem na parte mais posterior do dormitório, geralmente separados dos adultos por um tecido ou um móvel. A área central da barraca é usada como “sala” e em um dos lados da barraca são depositados os objetos de uso da família, como as roupas e outros utensílios de uso diário. Logo à entrada fica o espaço reservado para a “cozinha”, porém a maioria das famílias cozinha suas refeições fora das barracas, em um local considerado área de serviços, utilizando fogões de barro à lenha. Na quase totalidade das residências ciganas encontram-se fogões a gás, mas não são utilizados. A justificativa é a falta de condições financeiras para a manutenção do gás. Já a lenha é conseguida principalmente nas fazendas através de doações.

O espaço que cada família tem como área de serviços é onde normalmente são feitas as comidas da família, lavadas as roupas e os utensílios domésticos. Esta área de serviços é rigorosamente observada, tanto nas casas construídas quanto nas barracas.

O espaço de moradia dos ciganos em Ipameri ora transforma-se em espaço individual, ora transforma-se em um espaço familiar e ora em espaço comunitário. Os espaços de moradia são espaços individuais quando garantem aos ciganos a individualidade/privacidade. São espaços familiares quando garantem aos mesmos o convívio com seus familiares, uma vez que nem sempre, na realização das atividades diárias os membros da família estão juntos. As refeições assumem esta função quando esposo, esposa e filhos reúnem-se para as mesmas ou após as refeições, quando os membros da família reúnem-se para assistir televisão (nas casas em que há). Por fim, são espaços comunitários, quando partilhados por mais de um cigano enquanto local de repouso/descanso. Como pode-se notar, o espaço de moradia dos ciganos são os “locais de possibilidades” que, de acordo com

seus interesses/necessidades, produzem/(re)produzem estes espaços de diferentes modos.

Claval (1999) denomina de espaço humanizado, o espaço organizado para permitir aos homens viverem como lhes convém num contexto cultural dado. Para ele, os indivíduos passam uma parte de seu tempo no seio de grupos domésticos, geralmente familiares, onde dormem, repousam, cuidam das crianças e dedicam-se a tarefas necessárias, à manutenção da habitação e à preparação das refeições. Segundo Santos (2002), para o cigano, a utilização de um espaço traduz suas concepções humanas, culturais, materiais e filosóficas, com base em concepções arquitetadas e abstratas de espaço e territórios adquiridos, tendo um valor social definido pelo grupo.

A composição familiar e o grau de escolaridade

O número de pessoas por família no território cigano em Ipameri varia de um a cinco membros. Assim, a composição familiar da maioria das moradias, 86%, é composta por duas a quatro pessoas; 7% possuem menos de duas pessoas e 7% possuem mais de quatro pessoas.

De acordo com a pirâmide etária do grupo, mais de 40% dos ciganos têm menos de 20 anos de idade. A faixa etária que concentra o número maior de ciganos do sexo masculino é de 0 a 10 anos, e do sexo feminino é de 10 a 20 anos, sendo 13,2% de homens e 13,2% de mulheres. Do total, 51,0% dos ciganos são homens e 49,0% são mulheres. Dos 23 membros do sexo masculino, 14 são casados, três entre 13 e 20 anos e 6 abaixo de 10 anos. As mulheres somam 22 membros, sendo uma viúva, 14 casadas, 4 entre 10 a 20 anos e 3 crianças, abaixo de 8 anos. Percebe-se que na próxima década o número de homens para casamento superará o de mulheres, pois nos últimos anos, nasceram mais homens que mulheres. O que pode ser resolvido se o nascimento de membros do sexo feminino superar o masculino nos próximos anos, haja vista que, as mulheres casam mais cedo (as mulheres a partir dos 13 anos e os homens entre os 17 e 18 anos).

Em períodos de festa de casamento e da festa em homenagem a São João, realizada todos os anos no mês de junho, em Caldas Novas (GO) - cidade localizada a 60 km de Ipameri - os ciganos param suas atividades para participarem dos festejos. São os momentos de encontros dos ciganos de Ipameri com o seu principal grupo de contato, os ciganos de Caldas Novas. Os filhos não

frequentam a escola durante algumas semanas para participarem das festas.

A presença irregular às aulas por parte dos filhos dos ciganos reflete-se no grau de escolaridade dos mesmos. As crianças e adolescentes acabam atrasando seus estudos. A maioria dos pais não se importa se eles abandonam a escola e até chegam a afirmar que se as crianças não estiverem acompanhando os estudos, é preferível parar de estudar.

Os meninos estuda no Polivalente. Esse aqui (refere-se ao Paulo Júnior, de 11 anos) ele começou a estudar e dispôs nós tirou porque a cabeça dele não dava para estudar. Ai nós deixou pra colocar dispôs. Agora esse ano nós vai colocar. (Tereza, 62 anos - 08/01/2003)

A Coordenadora Pedagógica da Escola Estadual Monsenhor Domingos Pinto de Figueiredo, também, comenta sobre as faltas às aulas:

[...] os filhos dos ciganos nem sempre chegam até o final do ano na escola. Quando chegam, muitas vezes, não são aprovados, pois faltam muito, não fazem as tarefas de casa, não têm acompanhamento em casa. (Selma Carneiro - 05/06/2003)

Assim, 51,1% dos ciganos nunca frequentaram uma escola. A maioria não sabe escrever e nem ler, cerca de 24,4% frequentaram as primeiras séries da primeira fase do Ensino Fundamental; apenas sete crianças, representando 15,6% dos ciganos do Território, frequentam aulas nas primeiras séries da primeira fase do Ensino Fundamental na escola mais próxima ao agrupamento, a Escola Estadual Monsenhor Domingos Pinto de Figueiredo; 8,9% das crianças ainda não estão em idade escolar.

As atividades econômicas dos ciganos de Ipameri

Referindo-se às atividades econômicas dos ciganos, Schepis (1997, 32-33) afirma que “no passado eles executavam tarefas simples, mas consideradas como fundamentais para a vida da época como ferreiros, tacheiros, artesãos e pequenos comerciantes. Dedicavam-se também à criação, adestramento e ao comércio de cavalos. Hoje, as profissões mais frequentes são a do comércio e as ligadas às artes”. Ou ainda, conforme Martinez (1989):

[...] muitos fazem um pouco de tudo, e sobretudo as mulheres sabem se virar, usando da mendicância sob a forma de um pequeno comércio. Outros recuperam o

tempo-serviço na prática de atividades assalariadas sazonais que exigem, na maioria das vezes, que os ciganos viajem longas distâncias. (1989, 45)

Essa situação confirma-se entre os ciganos de Ipameri. No verão alguns ciganos saem do agrupamento para venderem mercadorias em Florianópolis (cidade capital do estado de Santa Catarina - localizada a 1.400 km de distância de Ipameri), retornando com dinheiro para manterem suas famílias no decorrer do ano. Como afirma Dona Tereza:

O Rodrigo, fio do Cidelini que mora em Caldas Novas, agora ele está em Santa Catarina, mas a mulher ficou. Ele vai e volta. Tem veize que fica 4, 5, 6 mês lá. O Jesus foi e levou a mulher e dois fiinhos dele. (08 de janeiro de 2003)

Os ciganos de Ipameri saem do agrupamento juntamente com ciganos de Caldas Novas entre os meses de setembro e outubro. Segundo depoimentos, eles vão direto para a cidade de Florianópolis em Santa Catarina. Na maioria das vezes vão só os homens. Eles levam uma pequena quantidade de dinheiro para comprarem as primeiras mercadorias (panos de mesa, tapetes e cortinas) que são vendidas nas praias da cidade e com o lucro da primeira remessa, os ciganos compram mais produtos aumentando seu dinheiro. Os ciganos ficam em casas alugadas e após quatro ou cinco meses, por volta de fevereiro a março, retornam ao território com dinheiro para manterem suas famílias.

Alguns membros do agrupamento deslocam-se para trabalharem na colheita das grandes lavouras das proximidades da cidade (batata, cebola, tomate), ou mesmo trabalham como diaristas em fazendas da região. Os fazendeiros que mais proporcionam serviços para os ciganos são Geraldo Gratão, José Evangelista Troncha (Juca Troncha) e Getúlio Tiradentes da Silva. Quando não têm trabalho nessas propriedades, esses ciganos vão para a região da Chapada para a colheita de vários produtos, e trabalham como bóias-frias. Mas, a maioria dos ciganos do território está envolvida com o comércio do cavalo.

Sendo a principal atividade econômica, o comércio do cavalo exige perícia para avaliação da mercadoria a ser comprada, vendida ou trocada, além de utilizarem as famosas habilidades para o convencimento de outra pessoa. Os ciganos comerciantes de Ipameri conseguiram, por meio de contatos com vários fazendeiros e carroceiros da cidade há vários anos, a confiança de

inúmeros clientes que os aguardam, ou às vezes vão até o agrupamento para fazerem barganhas.

O comércio e a utilização do cavalo como fonte de renda sempre esteve presente na vida dos ciganos em estudo, como relata Sr. José:

Nóis trabaioi em Brasília numa firma de construção, muita gente. Nóis trabalhou de carroceiro. Em Brasília era uma beleza, quem tinha uma carroça passava falta não. Todo dia tinha serviço. Tirava saibo, areia. Nóis sabia onde tirar, não pagava nada e levava para as construção; o dinheiro era nosso mesmo. Era livre [...]. Aqui é muito difícil de mexer com animal [...] Tem um terreno ali em cima que gente fecha, mas não tem nada de cumê. A gente vende um e compra outro e também amansa, mas não dá nada não. Um cavalo hoje, bão, custa 300 contos. Em troca com outro, a gente pega, 50, 100 quando tá bão o negócio é bão, mas hoje tá ruim. (05/10/2002)

Nota-se então, que o cavalo e a carroça sempre fizeram parte das atividades ciganas, mesmo antes de irem para Ipameri; e que nas barganhas eles geralmente buscam o lucro. Na barganha dos animais, aceitar troca por outro animal ou por objetos (como espingarda ou relógio) é fundamental. Para o barganhista-cigano a “volta”, seja em dinheiro ou objetos é importante, pois, é nisto que consiste o seu lucro. Os ciganos destacam-se, também, como amansadores de cavalos, já possuem tradição neste trabalho em Ipameri. Quando os animais estão preparados para receber a carga ou a sela seu valor aumenta significativamente.

De acordo com o acompanhamento pôde observar-se que as atividades econômicas do território dificilmente mudam ao longo de um ano e o comércio do cavalo não é uma atividade que garante a sobrevivência dos ciganos, pois eles podem ficar até dois meses sem fazer negócios com os cavalos. Nesse intervalo de tempo, eles sobrevivem de ajudas de alguns moradores de Ipameri, da mendicância de algumas mulheres e crianças e dos cartões assistenciais do Governo Estadual, como afirmam os próprios ciganos.

Os cartão da renda cidadã nóis tem, alguns não tem, mais o cartão não dá nada não. Cozinhava a gás, agora não tá cozinhando mais não, se tirar o dinheiro da cesta pra você comprá o gás, você não compra comida. Nóis, na valença, graças a Deus, tem um povo aí que ainda tem dó da gente, sempre traz uns trenzinhos pra nóis. Um arrozinho, um feijão, é uma ajuda. (Tereza, 62 anos - 08/01/2003)

Sr. José, também, reforça a contribuição dos cartões assistenciais:

A gente fica um mês, dois mês, sem fazer negócio, quando não faiz negócio, o cartão é uma ajuda. (José, 62 anos - 23/01/2003)

As peculiaridades do território cigano em Ipameri, como a estruturação das casas e barracas, o espaço da moradia enquanto espaço individual, familiar e comunitário, a composição familiar, as atividades econômicas e as maneiras dos ciganos relacionarem-se, são formas objetivadas da cultura presentes no território. Como afirma Souza (1995), o território surge como espaço com atributos naturais e socialmente construídos, que é apropriado por um grupo social. Essa ocupação é vista como algo gerador de raízes e de identidade. Ainda segundo Moraes (2000), Rattz (2000) e outros, o território é visto como um espaço de referência cultural, que qualifica-se por um significado a ele atribuído por um dado grupo social ou segmento social. A seguir, serão apresentadas as relações dos ciganos entre si no território.

As relações sociais institucionalizadas no território cigano em Ipameri

As informações aqui relatadas foram obtidas basicamente a partir da intensificação dos trabalhos de campo através da observação direta. Para Luna (1996, 11) “A observação direta refere-se ao registro de uma dada situação/fenômeno enquanto ela/ele ocorre”. Os relatos das observações diretas foram-se consolidando ao longo das visitas feitas à comunidade cigana. Com estas visitas, desenvolveu-se uma relação de confiança que contribuiu para a compreensão das relações sociais existentes entre os ciganos do Território em Ipameri.

Percebe-se nas relações entre os ciganos uma confiança recíproca, um sentimento de pertencer a um grupo cimentado pelos laços estreitos e fortemente comunitários. Observam-se no Território Cigano em Ipameri ações fraternas, o “calor” da vida familiar, ou ainda a existência de uma comunidade cigana, como muitos ciganos referem-se ao seu território. A presença dessas relações familiares no território será o foco das discussões a seguir.

Família e comunidade integram o vocabulário utilizado pelos ciganos no dia-a-dia no território; o significado de tais palavras remete a uma teia de relações sociais e políticas que foram construídas a partir do grau

de parentesco e do processo de territorialização do grupo em Ipameri. Para os ciganos, comunidade significa o conjunto formado por todas as famílias existentes no território, solidarizadas nas suas atividades, no ócio, nas festas e na luta pela sobrevivência, como se observa no depoimento abaixo:

Aqui tudo é fãmia. Todo mundo ajuda o outro que tivé precisano. Quando tem casamento, tem dança e janta, todos participa, todos come. Tem dia que meus fios e netos come aqui em casa ou pega a comida e leva pra barraca dele. Tudo é fãmia, nós é uma comunidade. (Tereza, 62 anos - 23/01/2003)

Para Mesquita (1995), o território é o que é próximo; é o espaço que tem significação individual e social e que estende-se até onde vai a territorialidade. A territorialidade é entendida como projeção da identidade no território tal qual ela apresenta-se (como são ou estão em determinado momento do tempo ou em determinado território do espaço). Dentre as várias feições assumidas pela territorialidade, encontra-se a territorialidade familiar caracterizada pela presença de sentimentos de solidariedade vividos no território.

As relações de parentesco, as semelhanças dos estilos de vida, as festas e o sentimento com a terra são elementos fundamentais para a compreensão do sentimento de solidariedade no Território Cigano em Ipameri e são manifestações que caracterizam a territorialidade familiar.

Nos depoimentos acerca das relações entre os ciganos, pode-se constatar que as relações de parentesco são elementos fortalecedores das práticas comunitárias no território e ao mesmo tempo reveladoras da estratégia de sobrevivência do grupo, da necessidade de manter-se unido. As referidas práticas são expressas pelos próprios ciganos:

A gente faiz a festa de São João em junho. A festa boa é em Caldas, mais aqui nós levanta a bandeira, a fogueira, todos participa, toma um cafezinho, uns biscoitinhos [...]. Tudo é família. Se faltá um arrozinho pra um, o outro tem, dá, um cafezinho faltou pra um, outro dá, se tivé todo mundo, toma, se comprá um pedacinho de carne e se o outro não compra, nois dá. (José, 62 anos - 15/06/2002)

A afirmação acima revela a força adquirida através de suas festas e da alimentação; ocasiões em que, além dos festejos e das refeições, são reforçados os laços comunitários e as relações de parentesco.

A maioria dos ciganos são parentes constituídos de avós, pais, tios, irmãos, primos e sobrinhos. Apenas três membros da comunidade (Marcos, André e Celso) não são ciganos. Eles eram vizinhos e conhecidos dos ciganos e passaram a fazer parte do Território casando-se com ciganos. Os não-ciganos são denominados pelos ciganos de “moradores”.

O funcionamento social do grupo cigano, de maneira geral, tem como base fundamental a coesão de seus indivíduos, a qual é nitidamente maior entre os indivíduos de uma mesma família - laços consanguíneos de parentesco (Santos 2002). Para a autora, quando analisam-se os moradores das “ruas ou bairros ciganos” percebe-se que esses moradores geralmente pertencem a um mesmo grande grupo e que agrupados espacialmente, podem manter mais facilmente seus traços culturais comuns e manter mais coesa sua específica organização social.

Outra questão que contribui para fortalecer a territorialidade familiar é a crença em Deus. Esta também é responsável pela formação do espírito comunitário entre os integrantes da Comunidade Cigana de Ipameri, e de certa forma, responsável por sua existência até os dias atuais. A necessidade de saber perdoar os erros do próximo, compreender e respeitar suas diferenças, bem como a perseverança e a paciência são virtudes existentes entre os ciganos de Ipameri. Esses valores estão presentes na fé espiritual; na realização de terços dedicados aos santos, cujas imagens são encontradas na maioria das moradias; nas celebrações de casamentos e batismos. Tais momentos contribuem para a solidificação da territorialidade familiar.

Tradicionalmente os ciganos efetuam as celebrações de casamento e de batismo em seu território e não na sede da Igreja, o que mostra e vem garantindo o espírito comunitário dos ciganos. As cerimônias religiosas no território cigano em Ipameri são celebradas por representantes da Igreja Católica Brasileira. Desde o ano de 2001, o padre Neto é quem realiza essas celebrações. O que é afirmado pelo mesmo em depoimento:

Os ciganos sempre me procuram. Já tem quase dois anos que os conheço. Antes de mim era outro Bispo que fazia os casamentos deles, então foi transferido para Brasília e eu assumi os trabalhos junto a eles. Eu dou assistência quando eles precisam [...]. Eu já fiz vários casamentos deles. (10/05/2002)

Em maio de 2002 foi realizado um casamento na comunidade cigana de Ipameri. Os ciganos casam-se

muito jovens, geralmente as mulheres por volta de 13 a 15 anos e os homens 18 anos. De acordo com os ciganos eles não casam-se na Igreja devido aos altos custos e à proibição de realizar alguns de seus costumes tradicionais, o que é reforçado pelo Padre Neto.

Para eles é muito difícil a locomoção até a Igreja. O Padre vir até eles facilita e economiza gastos para eles. A celebração aqui é mais familiar, entre eles mesmos, é claro que tem muitos convidados de fora. Mas é algo mais próprio da cultura deles e é uma forma de não perder a sua cultura. (10/05/2002)

As vestimentas e as danças dos ciganos nos casamentos representam aspectos da cultura no território em estudo. São observados, ao mesmo tempo, elementos culturais ciganos e não-ciganos. Os ciganos que vestem-se e dançam de acordo com os seus costumes, traduzem uma obediência às tradições comunitárias, é uma das formas de mantê-las vivas ao longo do tempo.

As mulheres usam saias longas, geralmente até os tornozelos, numa demonstração clara de recato. As roupas não possuem decotes ousados, as saias são rodadas e fartas. O grande atrativo das roupas das mulheres é o forte colorido presente nas diversas peças. Fitas, rendas, laços compõem o vestuário feminino.

A vestimenta dos homens também é bem cuidada, compondo um visual elegante. Camisas coloridas e de mangas longas, calças largas e botas são complementadas por largos cinturões. Alguns usam chapéus de aba larga. Colares, pulseiras e anéis também fazem parte da vestimenta cigana, principalmente em festas. No dia-a-dia, as vestimentas tanto das mulheres quanto dos homens assemelham-se com as dos não-ciganos.

Quando os ciganos de Ipameri dançam nas festas, a dança é livre, sem regras. Cada um diverte-se como quer, nunca esquecendo o recato e os limites entre homens e mulheres. A dança é aprendida desde a infância e não existe idade limite para dançar. Os ciganos gostam muito da dança. Ela é diversão, demonstração de alegria e parte obrigatória das festividades. Festa de ciganos sem música e dança não é festa, e eles são muito festeiros, não perdendo nenhuma oportunidade de cantar e dançar entusiasmadamente batendo palmas.

O quadro até o momento apresentado mostra elementos que caracterizam a identidade do território cigano em Ipameri. Para Haesbaert (1999) o território é produto e produtor de identidade. O território para o autor não é apenas um “ter”, mediador de relações de poder (político-econômico) onde o domínio sobre

parcelas concretas do espaço é sua dimensão mais visível. Para ele, o território compõe também o “ser” de cada grupo social.

Assim, após vários contatos com os ciganos foi possível conhecer e desvendar as representações simbólicas dos ciganos e reforçar a afirmação de que a identidade do território cigano em Ipameri é construída através da somatória das representações simbólicas dos Ciganos e das relações estabelecidas entre eles. É o significado dessas relações que dará ao território ocupado um valor não só econômico, mas também simbólico, um sentido de lugar, o que será apresentado na seqüência.

O significado do território para os ciganos

Além de o território significar para os ciganos um instrumento de fixação, um espaço apropriado e dividido e um local de reprodução cultural das famílias ciganas, o Território assume também um significado subjetivo do mundo vivido, cheio de perspectivas e representações.

Desde a sua constituição, o território cigano foi se transformando num lugar prendado de história e de experiências de vida, através de suas relações sociais. Hoje é um local onde o cigano criou raízes e sentimentos afetivos, sentindo-se pertencente a ele. As relações estabelecidas com o lugar fazem com que as famílias identifiquem-se com ele.

O valor atribuído ao território modifica-se de um cigano para o outro. Cada cigano identifica e filtra as informações do espaço de maneira única. O significado do território para os ciganos pode até ser semelhante, porém para cada um deles o conteúdo desse significado possui uma particularidade.

O Território Cigano é percebido de maneiras diversas, devido principalmente a sua heterogeneidade etária. Para as crianças e adolescentes, o lugar significa um palco de total liberdade, no qual, brincando e interagindo com a natureza elas desfrutam das regalias do mundo infantil; já os adultos vêem o agrupamento como uma extensão das relações que têm com a cidade de Ipameri. Para os idosos, o lugar representa uma experiência de vida acumulada. Porém, para todas as faixas etárias e sexo, o Território Cigano em Ipameri significa um espaço de trocas culturais e de histórias distintas da vida.

O significado do território para os ciganos é, sobretudo, aquele de um lugar propício às suas sobrevivências. Indagados sobre o “por que” de estarem no local,

as respostas são quase unânimes: uma vida melhor. Assim, o território torna-se a segurança.

Constantemente o território cigano torna-se um lugar imaginário, um espaço construído no imaginário das famílias e que já possui um valor afetivo. As famílias criam expectativas da forma como seria o agrupamento nos próximos anos.

A imaginação sobre as suas novas moradias e os benefícios que esperam receber no território são fatores que sustentam a relação de afetividade com um lugar que poderá ser concretizado.

Daqui, algum ano não vai ter ninguém na barraca. Deus vai ajudar que não. Hoje a gente prefere a casa. Nós não vai sair mais daqui. A gente não importa mais com a vida passada, nós quer esquecer tudo aquilo, quer trazer nada, naquela época era tudo custoso, hoje tudo é mais fácil. (Zélia, 36 anos - 23/01/2003)

A concepção do Território Cigano em Ipameri como um lugar imaginário revela-se nas palavras dos ciganos. As expectativas elaboradas com o lugar são expressas:

[...] Essa casa eu ganhei prontinha, desse jeito, eles me deram assim. As coisas é difícil, mas Deus dá um jeito. Deus ajuda. Daqui um tempo meus fios vão ter suas casa. Os que estão nas barracas a situação tá difícil, mas vai melhorar se Deus quiser, o povo daqui é muito bão pra nós. (José, 62 anos - 08/01/2003)

Gosto de ficá aqui, aqui é bão. Gosto daqui. Aqui gosto de brincar. (Lucas, 6 anos - 23/01/2003)

Como já foi salientado, o Território Cigano em Ipameri é uma somatória das representações simbólicas dos ciganos e das relações estabelecidas entre eles e os não-ciganos e assim, a cidade de Ipameri, é um espaço com o qual os ciganos estabelecem diferentes relações construindo sua identidade territorial.

Considerações finais

Descrever, compreender, analisar, enfim, pesquisar sobre o território cigano em Ipameri possibilitou um olhar e um diálogo aguçado sobre a geografia cultural e a sua pertinência para o estudo da diversidade cultural.

Esse diálogo permitiu visibilizar as diferentes referências de identidades construídas pelos variados segmentos étnicos no espaço, e ajudou a compreender o papel preponderante que a cultura produzida por grupos sociais, assume na geografia. Sendo a organização espacial da sociedade marcada por fatores políticos,

econômicos, sociais e culturais; a geografia enquanto ciência social visa também o estudo dos elementos culturais e deve ter um posicionamento diante da realidade de vários grupos étnicos.

Assim, acredita-se que o movimento da geografia em direção às temáticas culturais aponta, entre outros, à constatação de conhecerem-se os significados específicos, construídos por cada grupo social no espaço.

Paul Claval (1997) destaca que a orientação cultural na geografia deve compreender como os grupos sociais constroem o mundo, a sociedade e a natureza. Essa orientação cultural deve interessar-se pela maneira como são estabelecidos critérios que separam os grupos sociais. Para o autor, essa reflexão conduz a privilegiar, no mundo atual, objetos geográficos da pesquisa cultural, grupos raciais e grupos étnicos.

Diante do diálogo exposto acima sobre a geografia cultural e seu referencial para a diversidade cultural, percebe-se que o espaço ocupado por cada cigano e demais seres humanos no mundo, pode ser percebido como o espaço da vida, e é o símbolo daquele tipo de vida que o situa em relação a outras possibilidades. Isso permite dizer que esse espaço específico, que abriga a vida, assume a condição de espaço único e humanizado, na medida em que a representação elaborada pelas pessoas que ocupam este espaço concretiza-se em representações espaciais.

Dessa forma, cada pessoa torna-se um universo de posições e oposições que entrecrocamos na dinâmica das transformações, de tal forma que para compreender a alma do corpo cultural, responsável pelas representações espaciais, é necessário tomar como ponto de partida o homem e suas ações sociais no espaço.

O cigano, enquanto ser humano pertencente a um grupo étnico, diferenciado e historicamente perseguido, nômade ou sedentário, tem sua integração permanente com o espaço, obrigatória sob um ponto de vista e imprescindível sob outro. É obrigatória, pois com sua vida nômade, suas caravanas muitas vezes viajando sem rumo absolutamente determinado, sua ânsia constante de viver de modo livre e aventureiro, precisava montar suas barracas, arranjar seus acampamentos, arrumar suas bagagens pelo menos durante um certo período do tempo. Pelos fatos consequentes de uma maneira de viver nômade, é bastante fácil compreender a necessidade do espaço para os ciganos.

Contudo, mesmo para os ciganos que abandonam a vida nômade, estabelecendo-se tal como qualquer morador numa cidade, o espaço continua sendo imprescindível, para a construção de suas moradias, para suas atividades e para suas relações sociais.

Ademir Divino Vaz

Graduado, con especialización y maestría en geografía de la Universidad Federal de Goiás. Professor de la Universidad Estadual de Goiás- UnU de Pires do Rio. Docente de los cursos de pregrado y especialización en Geografía. Recientemente ha asumido cargos de gestión como coordinador de Pregrado en Geografía y Coordinador Adjunto de Investigación y Posgrado de la UnU/UEG de Pires do Rio. Miembro del Núcleo de Ensino e Pesquisa em Educação Geográfica do Estado de Goiás - NEPEG y miembro del Grupo de Pesquisa Sociedade e Meio Ambiente - CNPQ/UEG. Posee experiencia en temas de Geografía Cultural y Enseñanza de la Geografía.

Referências

- Almeida, María. 2002. *Biodiversidade, Ecoturismo e a reinvenção da natureza*. Comunicação no 3º Simpósio Nacional sobre Espaço e Cultura, 23 al 25 de outubro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Andrade, Manuel. 1994. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. En *Território - Globalização e Fragmentação*, ed. Milton Santos et al., 213-220. São Paulo: Hucitec.
- Buttimer, Anne. 1982. Aprendendo o Dinamismo do Mundo vivido. En *Perspectiva da Geografia*, ed. Antônio Chistofolletti, 165-193. São Paulo: Difel.
- Cara, Roberto. 1994. Territorialidade e Identidade Regional no Sul da Província de Buenos Aires. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. En: *Território - Globalização e Fragmentação*, ed. Milton Santos et al., 261-269. São Paulo: Hucitec.
- Claval, Paul. 1997. As abordagens da Geografia Cultural. Tradução de Paulo Cesar da Costa Gomes. En *Explorações Geográficas*, ed. Iná Elías de Castro, 89-118. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Claval, Paul. 1999. *A Geografia Cultural*. Tradução de Luiz Figgazzola Pimenta e Margareth Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC.
- Corrêa, Roberto L. 1994. Territorialidade e Corporação: um exemplo. En *Território - Globalização e Fragmentação*, ed. Milton Santos et al., 251-256. São Paulo: Hucitec.
- Ferreira, Aroldo. 1999. *Urbanização e Arquitetura na Região da Estrada de Ferro Goiás - E.F. Goiás: cidade de Pires do Rio, um exemplar em estudo*. Dissertação de Mestrado. UFG.
- Gomes, Paulo. 1996. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Haesbaert, Rogério. 1995. Desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de Exclusão. En *Geografia: Conceitos e Temas*, ed. Iná Elías de Castro et al., 165-205. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Haesbaert, Rogério. 1999. Identidades Territoriais. En *Manifestações da Cultura no Espaço*, ed. Z. Rosendall et al., 169-189. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Haesbaert, Rogério. 2002. *Territórios Alternativos*. São Paulo: Ed. Contexto.
- Hall, Stuart. 1997. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Tradução de Tomaz T. da Silva e Guaracira L. Louro. Rio de Janeiro: DP.
- Luna, S. de. 1996. *Planejamento de Pesquisas: Uma Introdução*. São Paulo: EDUC.
- Martinez, Nicole. 1989. *Os ciganos*. Tradução de Josette Gian. Campinas: Papyrus.
- Mesquita, Zilá. 1995. Do Território à Consciência Territorial. En *Territórios do Cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências*, ed. Z. Mezquita, 76-91. Porto Alegre / Santa Cruz do Sul: Ed. UFRGS / UNISC.
- Moraes, Antônio. 2000. *Bases da formação territorial do Brasil*. São Paulo: Hucitec
- Ratts, Alecsandro. 2000. *O mundo é grande e a nação também: identidade e mobilidade em territórios negros*. Tese-doutorado. USP.
- Ratzel, Friedrich. 1990. As Raças Humanas. En *Ratzel*, ed. Antônio Carlos Robert, 108-150. São Paulo: Ática.
- Ratzel, Friedrich. 1982. *O Solo, a sociedade e o Estado*. Tradução de Mário Antônio Enfrásio. São Paulo: FFLCH-USP.
- Santos, Virgínia dos. 2002. *Espacialidade e territorialidade dos grupos ciganos na cidade de São Paulo*. Dissertação-Mestrado. São Paulo: USP.
- Schepis, Rosaly. 1997. *Ciganos: os filhos Mágicos da Natureza*. São Paulo: Madras.
- Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN) www.seplan.go.gov.br.
- Souza, Marcelo. 1995. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. En *Geografia: conceitos e temas*, ed. Iná Elías de Castro et al., 77-116. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil.
- Superintendência de Pesquisa e Informações do Estado de Goiás - SEPIN. portalsepin.seplan.go.gov.br.
- Teixeira, Rodrigo. 1998. *A questão cigana: uma introdução. Correrias de ciganos pelo território mineiro*. Dissertação-Mestrado em História. UFMG.